

Lages - SC, 07 de novembro de 2023.

À,  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA**  
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE  
SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO: LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA,  
BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E QUADRICICLO.

1

TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, localizado Rua Hercilio Granzotto, 408ª SALA 2 – Bairro Conta Dinheiro - Lages – Santa Catarina – CEP 88520-200 CNPJ com o nº 15.049.998/0001-96, Inscrição Estadual de nº 256639434, vem mui respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** do Edital de licitação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP – CBMPA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ**, nos termos e fundamentos fático-jurídicos a seguir.

A Lei nº 8.666/1993 prevê que qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar edital de licitação** ou para **solicitar esclarecimentos** sobre seus termos:

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

*§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.*

A impugnação do edital é meio de controle e fiscalização por parte da sociedade diante de irregularidades do instrumento convocatório, devendo a Administração responder, com apresentação fundamentada e justificada, a respeito das alegações levantadas pelo impugnante.

Além disso, é preciso ressaltar que, em virtude do **poder da autotutela**, a própria Administração pode revisar de ofício o Edital ou, ainda, anulá-lo. A Súmula nº 473 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é explícita:

1 Redação da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021:

*“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.*

*Súmula 473/STF: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Assim, na hipótese de qualquer problema no Edital, como vício de ilegalidade ou regras obscuras, a administração pode adotar medidas eficazes para o saneamento através de aditamento.

## DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação do Edital é cabível e encontra-se tempestiva, tendo em vista que a abertura da sessão se dá no dia 13 de novembro de 2023 e o prazo para impugnação é de 03 (três) dias úteis antes da abertura, conforme item 24.1 do presente edital.

2

Pg.24 Edital:

*24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.*

*24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.*

## DA SÍNTESE FÁTICO-PROCESSUAL

Trata-se de Edital de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2023 – SRP CBMPA** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** cujo objeto consiste no “**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO: LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E QUADRICICLO.**”.

Abertura da sessão prevista para **13/11/2023 às 09h00 (Horário de Brasília)** no Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

Contudo, verificou-se que o Termo de Referência do Edital em seu Item 05 - MOTO AQUÁTICA (JET SKI) direciona, mesmo que não intencionalmente, à marca **(YAMAHA)** específica através de detalhamento excessivo e desnecessário de especificações técnicas do produto.

Esta empresa impugnante tem interesse em participar do certame, razão pela qual faz manejo de impugnação ao Edital a fim de que se garanta a máxima lisura e competitividade da licitação.

## DO DIRECIONAMENTO INDEVIDO DE MARCA

Inicialmente, alertamos que o Termo de Referência em seu Item 05 - MOTO AQUÁTICA (JET SKI) respectivo do certame conduz a uma marca específica no mercado **(YAMAHA)**, em que pese existência de outras opções disponíveis que atenderiam, de modo eficiente, o interesse público (primário e secundário) da Administração Pública.

No âmbito das licitações a regra é de proibição ao direcionamento do edital para determinada marca ou modelo, conforme se vê no art. 7º, parágrafo 5º da Lei 8666/93:

*§ 5o É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.*

O §7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 prevê ainda que:

*§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I – a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca.*

Bem verdade que, de acordo com a Súmula/TCU nº 270, “em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação”.

No mesmo sentido, a jurisprudência do TCU indica a necessidade de o gestor apontar as razões que motivam a decisão de restringir a disputa a determinadas marcas:

*A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público. (Acórdão 113/16 – Plenário)*

*A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada nos autos do procedimento licitatório. (Acórdão 4476/16 – 2ª Câmara).*

3

**Mas o presente caso não envolve a necessidade de padronização e finalmente não houve prévia justificativa.** Assim, totalmente descabida a aplicação da súmula 270 do TCU. Logo, como não cabe a exceção, cabe a regra prevista na Lei de Licitações que veda o direcionamento editalício.

No presente caso, **em que pese não ter sido indicada a marca do bem, o detalhamento excessivo constante na especificação técnica, tende para o fato de que apenas uma marca poderia atender integralmente o ali mencionado.**

O direcionamento da licitação pode ocorrer mediante a utilização de critério subjetivo, o favorecimento a alguma empresa, a preferência inadequada por determinada marca, a ausência do devido parcelamento ou o estabelecimento de exigências excessivas/limitadoras. O direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos.

*In casu*, o item previsto no Edital teve especificações que afunilam inevitavelmente na opção de apenas uma marca específica do mercado (**YAMAHA**), bastando simples análise entre as exigências técnicas do certame com o próprio *folder* e descritivo dos produtos disponíveis na própria internet.

A exigência de 1800cc e 180HP direciona unicamente para a marca YAMAHA, sendo que com as novas tecnologias a capacidade de cilindradas hoje se consegue até 300HP com 1630cc. O ideal será para se ter uma disputa limpa e transparente a exigência de no mínimo 1600cc e 170HP, pois dessa forma o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará não ficará desprovido de um equipamento de alta qualidade e performance que atende perfeitamente as exigências de resgate em águas abrigadas e alto mar. Do contrário, o órgão está infringindo a legislação acima citada de direcionamento do objeto.

Outra exigência no qual direciona exclusivamente para a marca YAHAMA, é a altura de 1,15m à 1,30m, sendo que a maioria das Motos Aquáticas tem altura inicial de 1,12m. Sendo que deverá ser retificado para no mínimo 1,12m afim de contemplar a maior gama possível de concorrentes sem direcionamento.

Outro ponto muito importante no qual o CBMPA pode sentir diminuição de custos é a não exigência da cinta de turbina em aço inoxidável. O histórico dessas cintas em vários Corpo de Bombeiros e Órgãos Militares que utilizam a moto aquática é quanto ao travamento da hélice com algum objeto e a própria hélice é danificada, sendo que quando a cinta é de matéria sintética a hélice é poupada de danos que a condenam; será obrigatório a sua substituição. O custo da hélice em relação a cinta é absurdamente estratosférico, uma cinta por poucos reais você faz a troca, já a hélice, além do tempo na qual a Moto Aquática ficara baixada para conserto e o custo altíssimo inviabiliza o retorno ao uso em tempo hábil de uma temporada de verão.

Assim sendo, não resta outra alternativa que não a retificação do Edital a fim de expurgar os detalhes em excesso e desnecessários que restringem indevidamente a amplitude da competição do certame, a fim de que a Administração consiga efetivar o próprio princípio da eficiência (mais qualidade aliada ao menor custo possível).

Vejamos o que diz o Termo Referência:

*MOTO AQUÁTICA (JET SKI): Moto Aquática nova, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano corrente: Sem horas de uso, com*

*garantia de no mínimo um ano pelo fabricante. Certificado de nacionalização do motor; certificado de assistência técnica local; caso não seja o fabricante deverá apresentar carta da fábrica assinada e reconhecida em cartório dizendo que a empresa é sua assistência técnica com técnicos formados na própria fábrica possuidores de certificados/diplomas, com peças de reposição em seu estoque para atender chamadas de assistência técnica;*

O procedimento licitatório é uma maneira econômica que a Administração Pública compra bens e contrata serviços. Tem como principais objetivos: **assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; **assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição**; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável.

4

Tais exigências do Termo Referencia contrariam a legislação pátria.

(...) “Certificado de nacionalização do motor;”  
“caso não seja o fabricante deverá apresentar carta da fábrica assinada e reconhecida em cartório dizendo que a empresa é sua assistência técnica com técnicos formados na própria fábrica possuidores de certificados/diplomas, com peças de reposição em seu estoque para atender chamadas de assistência técnica;”. (...)

O excesso de formalismo causa prejuízos a Administração Pública limitando empresas a participarem do pregão ofertando produtos com qualidade e com melhores preços.

#### Solicitação "sem horas de uso"

A Administração deverá reconsiderar, pois, as motos aquáticas necessitam de testes para serem disponibilizadas.

A sugestão a ser incluída: ser nova com horas compatíveis com testes de motor para revisão de entrega;

#### Certificado de nacionalização do motor:

Essa exigência não coaduna com a realidade das motos aquáticas ofertadas e vendidas no Brasil. Todos os fabricantes são empresas que importam seus produtos e os motores são construídos conforme a legislação do País de origem e em alguns casos são realizadas adequações para o combustível presente em cada País. No Brasil não há Órgão Certificador de tais motores. Não existe Certificação de motor, de moto aquática. As certificações que existem na NORMAM-02/DPC da Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas não abrangem motor de motos aquáticas.

A certificação é uma confirmação por um "terceiro" de que os requisitos de, por exemplo, normas internacionais, especificações industriais ou regras técnicas são cumpridos. A certificação é baseada numa avaliação de conformidade na qual o cumprimento dos requisitos é verificado. O assunto de tais avaliações pode ser, por exemplo, produtos, projetos, etc.

Certificação vem do Latim: certus facere, literalmente: "para tornar algo seguro" é expresso em uma confirmação de uma avaliação de conformidade com determinados requisitos nos quais sempre é baseado em uma norma. A Certificação é sempre realizado por um instituto, um órgão governamental ou mesmo por uma empresa de terceiro setor, com licença ou reconhecimento para tal. Aqui neste caso não está claro, se assim pudesse existir, qual entidade, órgão que emitiria essa Certificação.

No mesmo contexto está a solicitação de "certificado de assistência técnica local", não existe nenhuma entidade reconhecida para fornecer tal certificação. Desta forma se torna nula qualquer pretensão de emissão de um "certificado". Sendo que se alguma empresa apresentar tal documento ela incorre no "art. 90 da Lei 8.666/93 que tipifica o crime de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do

procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação".

Refrigeração sistema aberto:

O sistema de refrigeração fechado tem grande vantagem quando a moto aquática é utilizada em águas salinas e águas abrigadas com detritos e resíduos químicos e óleos, pois o sistema aberto utiliza a água no qual a Moto Aquática está navegando, trazendo para dentro do motor todos os tipos de salinidades e produtos químicos presentes na água navegável. Pode-se notar um grande fluxo de revisões e desgastes das partes internas do motor, pois o sal e os produtos químicos corroem agredindo os componentes internos, ao contrario quando o circuito é fechado não há contato com detritos e salinidades e a vida útil do motor tem grande extensão, diminuindo as revisões e não dando desgaste nas partes internas do motor. A exigência somente de circuito aberto direciona unicamente para a marca YAMAHA.

5

Interruptor do corta-circuito de emergência tipo pino com mecanismo de pressão não codificado (possível de acionar sem a chave, puxando com os dedos).

Essa exigência, mais uma vez somente direciona para uma única marca YAMAHA, sendo que há outros tipos de acionamento que trazem segurança para o operador sem a necessidade deste sistema no qual ao puxar por dois dedos você bora em risco os tripulantes e mesmo o individuo a ser resgatado, pois dependendo do estado em que se encontra o invidio a ser resgatado, ele poderá indevidamente acionar a Moto Aquática na hora do resgate. O ideal e o mais seguro é solicitar chave reserva no qual somente o operador piloto terá acesso a religamento da Moto Aquática, evitando qualquer tipo de acidente, sendo ela codificada ou não.

Sendo outro ponto a salientar, é a não inclusão de luzes de navegação noturna, por normas internacionais as embarcações utilizadas para salvamento e resgate de vidas humanas saem em missão e seu retorno é muitas das vezes estendido depois do pôr do Sol. Por isso é necessário para situações específicas que as motos aquáticas possuam iluminação de navegação noturna.

Outro ponto que coaduna com a realidade é a exigência de reconhecimento de firma em documento A Lei 13.726/2018, sancionada e publicada no Diário Oficial dispõe sobre o fim da obrigação de reconhecimento de firma e dispensa da autenticação de cópias. Ou seja, cópia autenticada ou reconhecimento de firma somente poderão ser exigidos se houver previsão legal ou dúvida justificada.

De acordo com o § 2º da Seção III da Lei 14.063, a assinatura eletrônica qualificada é obrigatória em todas as transações e documentos digitais realizados com o poder público.

A assinatura digital substitui o reconhecimento de firma e tem a mesma validade jurídica que a assinatura à caneta nas transações nacionais com o uso de certificado digital. A única exceção é se houver exigência legal, como é o caso da compra e venda e imóveis. Portanto a exigência não está amparada em preceitos legais

No Item 06 em referencia a solicitação de Quadriciclos, cabe salientar que a utilização em praias densamente povoadas em dias de grande fluxo de pessoas o veiculo transitando pelas praias marítimas e fluviais trazem grande risco aos banhistas frequentadores de tais locais. No descritivo solicitado não há menção em nenhum momento de sinais sonoros, tais como: buzinas, alerta de marcha ré, sirene e sinais visuais nas quais: Leds e giroflex para alertar os banhistas e pessoas em trânsito pelas áreas limítrofes das águas. Isto se torna muito importante para a segurança tanto do condutor como das pessoas em situação de lazer.

Outro ponto muito importante a salientar é a capacidade do veiculo para percorrer áreas nem sempre planas, mas com distancias consideráveis em tais lugares praianos. O limite mínimo de 400cc limita a um equipamento muito inferior as necessidades das missões nos quais deverão ser empreendidas pelo CBMPA. Uma cilindrada muito baixa traz transtornos aos condutores e possível resposta em tempo hábil para uma situação de resgate ou pronto atendimento. O ideal será no mínimo 550cc, como já comprovado por diversos Corpos de Bombeiros no Brasil, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Amazonas.

Outro ponto no qual não foi mencionado e que trazem grandes ganhos para o CBMPA em suas missões de monitoramento e resgate é o fato de junto com o quadriciclo serem fornecidos: Pneu reserva,

ferramentas para manutenções rápidas, 03 (três) kits de primeiras revisões com óleo, filtro e correia; bem como treinamento para condução e certificação dos pilotos.

Desta forma a aquisição de um produto sem condições mínimas e de cilindradas inferiores ao necessário, traz grande prejuízo para a corporação, sendo que há relatos de Corpos de Bombeiros nos quais foram adquiridos Quadriciclos de capacidade inferior a 550cc e após dois meses já estavam inoperantes, sem assistência técnica e com falta de peças.

## DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

6

Diante de todo o exposto, **REQUER-SE** a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária **alteração do descritivo dos itens previsto**, uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca e inadequado objeto para o fim que se destina (quadriciclos), o que impede e participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame, bem como a aquisição de um bem que não atende as necessidades se torna inócua a efetiva incorporação de um objeto inservível.

Pela republicação do Edital, reabrindo o prazo inicialmente previsto, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993.

Respeitosamente, pede-se o deferimento.

\_\_\_\_\_  
Gustavo Souza Gugelmin  
Sócio Proprietário  
037.348.009-19





## Impugnação 09/11/2023 11:34:23

Lages - SC, 07 de novembro de 2023. À, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO: LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E QUADRICICLO. TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, localizado Rua Hercilio Granzotto, 408ª SALA 2 - Bairro Conta Dinheiro - Lages - Santa Catarina - CEP 88520-200 CNPJ com o nº 15.049.998/0001-96, Inscrição Estadual de nº 256639434, vem mui respeitosamente apresentar IMPUGNAÇÃO do Edital de licitação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP - CBMPA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, nos termos e fundamentos fático-jurídicos a seguir. A Lei nº 8.666/1993 prevê que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos: Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. A impugnação do edital é meio de controle e fiscalização por parte da sociedade diante de irregularidades do instrumento convocatório, devendo a Administração responder, com apresentação fundamentada e justificada, a respeito das alegações levantadas pelo impugnante. Além disso, é preciso ressaltar que, em virtude do poder da autotutela, a própria Administração pode revisar de ofício o Edital ou, ainda, anulá-lo. A Súmula nº 473 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é explícita: 1 Redação da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021: "Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame". Súmula 473/STF: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Assim, na hipótese de qualquer problema no Edital, como vício de ilegalidade ou regras obscuras, a administração pode adotar medidas eficazes para o saneamento através de aditamento. DA TEMPESTIVIDADE A presente impugnação do Edital é cabível e encontra-se tempestiva, tendo em vista que a abertura da sessão se dá no dia 13 de novembro de 2023 e o prazo para impugnação é de 03 (três) dias úteis antes da abertura, conforme item 24.1 do presente edital. Pg.24 Edital: 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO. 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. DA SÍNTESE FÁTICO-PROCESSUAL Trata-se de Edital de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2023 - SRP CBMPA do tipo MENOR PREÇO POR ITEM cujo objeto consiste no "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO: LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E QUADRICICLO.". Abertura da sessão prevista para 13/11/2023 às 09h00 (Horário de Brasília) no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br. Contudo, verificou-se que o Termo de Referência do Edital em seu Item 05 - MOTO AQUÁTICA (JET SKI) direciona, mesmo que não intencionalmente, à marca (YAMAHA) específica através de detalhamento excessivo e desnecessário de especificações técnicas do produto. Esta empresa impugnante tem interesse em participar do certame, razão pela qual faz manejo de impugnação ao Edital a fim de que se garanta a máxima lisura e competitividade da licitação. DO DIRECIONAMENTO INDEVIDO DE MARCA Inicialmente, alertamos que o Termo de Referência em seu Item 05 - MOTO AQUÁTICA (JET SKI) respectivo do certame conduz a uma marca específica no mercado (YAMAHA), em que pese existência de outras opções disponíveis que atenderiam, de modo eficiente, o interesse público (primário e secundário) da Administração Pública. No âmbito das licitações a regra é de proibição ao direcionamento do edital para determinada marca ou modelo, conforme se vê no art. 7º, parágrafo 5º da Lei 8666/93: § 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. O §7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 prevê ainda que: § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca. Bem verdade que, de acordo com a Súmula/TCU nº 270, "em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificativa". No mesmo sentido, a jurisprudência do TCU indica a necessidade de o gestor apontar as razões que motivam a decisão de restringir a disputa a determinadas marcas: A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público. (Acórdão 113/16 - Plenário) A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada nos autos do procedimento licitatório. (Acórdão 4476/16 - 2ª Câmara). Mas o presente caso não envolve a necessidade de padronização e finalmente não houve prévia justificativa. Assim, totalmente descabida a aplicação da súmula 270 do TCU. Logo, como não cabe a exceção, cabe a regra prevista na Lei de Licitações que veda o direcionamento editalício. No presente caso, em que pese não ter sido indicada a marca do bem, o detalhamento excessivo constante na especificação técnica, tende para o fato de que apenas uma marca poderia atender integralmente o ali mencionado. O direcionamento da licitação pode ocorrer mediante a utilização de critério subjetivo, o favorecimento a alguma empresa, a preferência inadequada por determinada marca, a ausência do devido parcelamento ou o estabelecimento de exigências excessivas/limitadoras. O direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos. In casu, o item previsto no Edital teve especificações que afunilam inevitavelmente na opção de apenas uma marca específica do mercado (YAMAHA), bastando simples análise entre as exigências técnicas do certame com o próprio folder e descritivo dos produtos disponíveis na própria internet. A exigência de 1800cc e 180HP direciona unicamente para a marca YAMAHA, sendo que com as novas tecnologias a capacidade de cilindradas hoje se consegue até 300HP com 1630cc. O ideal será para se ter uma disputa limpa e transparente a exigência de no mínimo 1600cc e 170HP, pois dessa forma o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará não ficará desprovido de um equipamento de alta qualidade e performance que atende perfeitamente as exigências de resgate em águas abrigadas e alto mar. Do contrário, o órgão está infringindo a

Identificador de autenticação: E5EDBBF.B292.BBE.134387E8704D79AE43

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

legislação acima citada de direcionamento do objeto. Outra exigência no qual direciona exclusivamente para a marca YAHAMA, é a altura de 1,15m à 1,30m, sendo que a maioria das Motos Aquáticas tem altura inicial de 1,12m. Sendo que deverá ser retificado para no mínimo 1,12m afim de contemplar a maior gama possível de concorrentes sem direcionamento. Outro ponto muito importante no qual o CBMPA pode sentir diminuição de custos é a não exigência da cinta de turbina em aço inoxidável. O histórico dessas cintas em vários Corpo de Bombeiros e Órgãos Militares que utilizam a moto aquática é quanto ao travamento da hélice com algum objeto e a própria hélice é danificada, sendo que quando a cinta é de matéria sintética a hélice é poupada de danos que a condenam; será obrigatório a sua substituição. O custo da hélice em relação a cinta é absurdamente estratosférico, uma cinta por poucos reais você faz a troca, já a hélice, além do tempo na qual a Moto Aquática ficara baixada para conserto e o custo altíssimo inviabiliza o retorno ao uso em tempo hábil de uma temporada de verão. Assim sendo, não resta outra alternativa que não a retificação do Edital a fim de expurgar os detalhamentos em excesso e desnecessários que restringem indevidamente a amplitude da competição do certame, a fim de que a Administração consiga efetivar o próprio princípio da eficiência (mais qualidade aliada ao menor custo possível). Vejamos o que diz o Termo Referência: MOTO AQUÁTICA (JET SKI): Moto Aquática nova, ano de fabricação/modelo não inferior ao ano corrente: Sem horas de uso, com garantia de no mínimo um ano pelo fabricante. Certificado de nacionalização do motor; certificado de assistência técnica local; caso não seja o fabricante deverá apresentar carta da fábrica assinada e reconhecida em cartório dizendo que a empresa é sua assistência técnica com técnicos formados na própria fábrica possuidores de certificados/diplomas, com peças de reposição em seu estoque para atender chamadas de assistência técnica; O procedimento licitatório é uma maneira econômica que a Administração Pública compra bens e contrata serviços. Tem como principais objetivos: assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável. Tais exigências do Termo Referencia contrariam a legislação pátria. (...) "Certificado de nacionalização do motor;" "caso não seja o fabricante deverá apresentar carta da fábrica assinada e reconhecida em cartório dizendo que a empresa é sua assistência técnica com técnicos formados na própria fábrica possuidores de certificados/diplomas, com peças de reposição em seu estoque para atender chamadas de assistência técnica;" (...) O excesso de formalismo causa prejuízos a Administração Pública limitando empresas a participarem do pregão ofertando produtos com qualidade e com melhores preços. Solicitação "sem horas de uso" A Administração deverá reconsiderar, pois, as motos aquáticas necessitam de testes para serem disponibilizadas. A sugestão a ser incluída: ser nova com horas compatíveis com testes de motor para revisão de entrega; Certificado de nacionalização do motor: Essa exigência não coaduna com a realidade das motos aquáticas ofertadas e vendidas no Brasil. Todos os fabricantes são empresas que importam seus produtos e os motores são construídos conforme a legislação do País de origem e em alguns casos são realizadas adequações para o combustível presente em cada País. No Brasil não há Órgão Certificador de tais motores. Não existe Certificação de motor, de moto aquática. As certificações que existem na NORMAM-02/DPC da Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas não abrangem motor de motos aquáticas. A certificação é uma confirmação por um "terceiro" de que os requisitos de, por exemplo, normas internacionais, especificações industriais ou regras técnicas são cumpridos. A certificação é baseada numa avaliação de conformidade na qual o cumprimento dos requisitos é verificado. O assunto de tais avaliações pode ser, por exemplo, produtos, projetos, etc. Certificação vem do Latim: certus facere, literalmente: "para tornar algo seguro" é expresso em uma confirmação de uma avaliação de conformidade com determinados requisitos nos quais sempre é baseado em uma norma. A Certificação é sempre realizado por um instituto, um órgão governamental ou mesmo por uma empresa de terceiro setor, com licença ou reconhecimento para tal. Aqui neste caso não está claro, se assim pudesse existir, qual entidade, órgão que emitiria essa Certificação. No mesmo contexto está a solicitação de "certificado de assistência técnica local", não existe nenhuma entidade reconhecida para fornecer tal certificação. Desta forma se torna nula qualquer pretensão de emissão de um "certificado". Sendo que se alguma empresa apresentar tal documento ela incorre no "art. 90 da Lei 8.666/93 que tipifica o crime de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação". Refrigeração sistema aberto: O sistema de refrigeração fechado tem grande vantagem quando a moto aquática é utilizada em águas salinas e águas abrigadas com detritos e resíduos químicos e óleos, pois o sistema aberto utiliza a água no qual a Moto Aquática está navegando, trazendo para dentro do motor todos os tipos de salinidades e produtos químicos presentes na água navegável. Pode-se notar um grande fluxo de revisões e desgastes das partes internas do motor, pois o sal e os produtos químicos corroem agredindo os componentes internos, ao contrario quando o circuito é fechado não há contato com detritos e salinidades e a vida útil do motor tem grande extensão, diminuindo as revisões e não dando desgaste nas partes internas do motor. A exigência somente de circuito aberto direciona unicamente para a marca YAMAHA. Interruptor do corta-circuito de emergência tipo pino com mecanismo de pressão não codificado (possível de acionar sem a chave, puxando com os dedos). Essa exigência, mais uma vez somente direciona para uma única marca YAMAHA, sendo que há outros tipos de acionamento que trazem segurança para o operador sem a necessidade deste sistema no qual ao puxar por dois dedos você bora em risco os tripulantes e mesmo o individuo a ser resgatado, pois dependendo do estado em que se encontra o individuo a ser resgatado, ele poderá indevidamente acionar a Moto Aquática na hora do resgate. O ideal é o mais seguro é solicitar chave reserva no qual somente o operador piloto terá acesso a religamento da Moto Aquática, evitando qualquer tipo de acidente, sendo ela codificada ou não. Sendo outro ponto a salientar, é a não inclusão de luzes de navegação noturna, por normas internacionais as embarcações utilizadas para salvamento e resgate de vidas humanas saem em missão e seu retorno é muitas das vezes estendido depois do pôr do Sol. Por isso é necessário para situações específicas que as motos aquáticas possuam iluminação de navegação noturna. Outro ponto que coaduna com a realidade é a exigência de reconhecimento de firma em documento A Lei 13.726/2018, sancionada e publicada no Diário Oficial dispõe sobre o fim da obrigação de reconhecimento de firma e dispensa da autenticação de cópias. Ou seja, cópia autenticada ou reconhecimento de firma somente poderão ser exigidos se houver previsão legal ou dúvida justificada. De acordo com o § 2º da Seção III da Lei 14.063, a assinatura eletrônica qualificada é obrigatória em todas as transações e documentos digitais realizados com o poder público. A assinatura digital substitui o reconhecimento de firma e tem a mesma validade jurídica que a assinatura à caneta nas transações nacionais com o uso de certificado digital. A única exceção é se houver exigência legal, como é o caso da compra e venda e imóveis. Portanto a exigência não está amparada em preceitos legais No Item 06 em referencia a solicitação de Quadriciclos, cabe salientar que a utilização em praias densamente povoadas em dias de grande fluxo de pessoas o veículo transitando pelas praias marítimas e fluviais trazem grande risco aos banhistas frequentadores de tais locais. No descritivo solicitado não há menção em nenhum momento de sinais sonoros, tais como: buzinas, alerta de marcha ré, sirene e sinais visuais nas quais: Leds e giroflex para alertar os banhistas e pessoas em trânsito pelas áreas limítrofes das águas. Isto se torna muito importante para a segurança tanto do condutor como das pessoas em situação de lazer. Outro ponto muito importante a salientar é a capacidade do veículo para percorrer áreas nem sempre planas, mas com distancias consideráveis em tais lugares praianos. O limite mínimo de 400cc limita a um equipamento muito inferior as necessidades das missões nos quais deverão ser empreendidas pelo CBMPA. Uma cilindrada muito baixa traz transtornos aos condutores e possível resposta em tempo hábil para uma situação de resgate ou pronto atendimento. O ideal será no mínimo 550cc, como já comprovado por diversos

Identificador de autenticação: E5EDBBF.B292.BBE.134387E8704D79AE43

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas-pa.gov.br/validacao-protocolo>



Corpos de Bombeiros no Brasil, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Amazonas. Outro ponto no qual não foi mencionado e que trazem grandes ganhos para o CBMPA em suas missões de monitoramento e resgate é o fato de junto com o quadriciclo serem fornecidos: Pneu reserva, ferramentas para manutenções rápidas, 03 (três) kits de primeiras revisões com óleo, filtro e correia; bem como treinamento para condução e certificação dos pilotos. Desta forma a aquisição de um produto sem condições mínimas e de cilindradas inferiores ao necessário, traz grande prejuízo para a corporação, sendo que há relatos de Corpos de Bombeiros nos quais foram adquiridos Quadriciclos de capacidade inferior a 550cc e após dois meses já estavam inoperantes, sem assistência técnica e com falta de peças. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Diante de todo o exposto, REQUER-SE a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo dos itens previsto, uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca e inadequado objeto para o fim que se destina (quadriciclos), o que impede e participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame, bem como a aquisição de um bem que não atende as necessidades se torna inútil a efetiva incorporação de um objeto inservível. Pela republicação do Edital, reabrindo o prazo inicialmente previsto, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993. Respeitosamente, pede-se o deferimento. Gustavo Souza Gugelmin Sócio Proprietário 037.348.009-19

**Fechar**

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Renata de Aviz Batista (Lei 11.419/2006)  
EM 09/11/2023 11:52 (Hora Local) - Aut. Assinatura: A42C6BDDC957A45F.08E4BDC16080FD09.A91DA964E033F906.9980629D32FE1219



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

**Nº 001/2023**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 010/2023 – SRP – CBMPA.

**PAE nº:** 2023/463968.

**Objeto da licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO: LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E QUADRICICLO.

**Empresa Solicitante:** TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

**Pregoeira:** Renata de Aviz Batista – **MAJ QOBM.**

**Abertura da Sessão:** 13 de novembro de 2023, 09h00min.

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

**2.1.** Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no artigo 24, do decreto federal nº 10.024/2019;

**3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

(...) retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo dos itens previsto (Jet ski e quadriciclo), uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca e inadequado objeto para o fim que se destina (quadriciclos), o que impede e participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame, bem como a aquisição de um bem que não atende as necessidades se torna inócua a efetiva incorporação de um objeto inservível.

(...)



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

#### **4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO**

**4.1.** Considerando o teor do pedido de impugnação, o mesmo foi encaminhado ao setor técnico da corporação (Comando Operacional / Seção de Logística) para manifestação técnica o qual proferiu sua análise, que passo a registrar:

Honrado em cumprimentá-lo, informamos que foram analisadas as solicitações da empresa TECMOTORS e será acatado algumas solicitações da empresa, com isso vamos revisar as peças processuais a fim de aumentar a competitividade do certame.

**4.2.** Considerando que em análise da manifestação técnica esta pregoeira entendeu que a resposta ao esclarecimento acarreta em alteração na substância da proposta, com isso será processada a **SUSPENSÃO** do referido processo e os autos serão retornados ao setor demandante para ajustes e providências que o caso requer.

#### **5. DA CONCLUSÃO**

**5.1.** Diante do exposto, **CONHEÇO AS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA**, para o mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela procedência parcial dos pedidos apontados pela empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, para o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2023 - SRP - CBMPA, nos termos das legislações vigentes e argumentos apresentados, portanto, segue para a tomada das providências administrativas cabíveis, quanto ao ajuste das peças processuais e posterior divulgação de novo edital;

**5.2.** Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasgov;

**5.3.** Suspender a fase externa do referido processo licitatório;

**5.4.** É a decisão.

Belém-Pará, 09 de novembro de 2023.

**Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM**

Pregoeiro do PE nº 10/2023 - CBMPA



**Resposta 09/11/2023 11:34:23**

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 001/2023 Referência: Pregão Eletrônico nº 010/2023 – SRP – CBMPA. PAE nº: 2023/463968. Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM MEIO LÍQUIDO: LUVA, CAPACETE, ÓCULOS PARA MOTO AQUÁTICA, BANDEIRA DE GUARDA-VIDAS, MOTO AQUÁTICA E QUADRICICLO. Empresa Solicitante: TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Pregoeira: Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM. Abertura da Sessão: 13 de novembro de 2023, 09h00min. 1. INTRODUÇÃO 1.1. Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado. 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido o prazo estabelecido no artigo 24, do decreto federal nº 10.024/2019; 3. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO (...) retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo dos itens previsto (Jet ski e quadriciclo), uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca e inadequado objeto para o fim que se destina (quadriciclos), o que impede a participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame, bem como a aquisição de um bem que não atende as necessidades se torna inócua a efetiva incorporação de um objeto inservível. (...) 4. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO 4.1. Considerando o teor do pedido de impugnação, o mesmo foi encaminhado ao setor técnico da corporação (Comando Operacional / Seção de Logística) para manifestação técnica o qual proferiu sua análise, que passo a registrar: Honrado em cumprimentá-lo, informamos que foram analisadas as solicitações da empresa TECMOTORS e será acatado algumas solicitações da empresa, com isso vamos revisar as peças processuais a fim de aumentar a competitividade do certame. 4.2. Considerando que em análise da manifestação técnica esta pregoeira entendeu que a resposta ao esclarecimento acarreta em alteração na substância da proposta, com isso será processada a SUSPENSÃO do referido processo e os autos serão retornados ao setor demandante para ajustes e providências que o caso requer. 5. DA CONCLUSÃO 5.1. Diante do exposto, CONHEÇO AS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela procedência parcial dos pedidos apontados pela empresa TECMOTORS COMERCIO DE PECAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, para o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2023 - SRP - CBMPA, nos termos das legislações vigentes e argumentos apresentados, portanto, segue para a tomada das providências administrativas cabíveis, quanto ao ajuste das peças processuais e posterior divulgação de novo edital; 5.2. Encaminhar resposta via e-mail ao licitante, com registro em campo próprio no sistema Comprasgov; 5.3. Suspender a fase externa do referido processo licitatório; 5.4. É a decisão. Belém-Pará, 09 de novembro de 2023. Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM Pregoeiro do PE nº 10/2023 - CBMPA